

**AO ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA NOVACAP -
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**

Referência: Edital de Pregão Eletrônico nº 017/2019 | Processo 112.00024621/2018

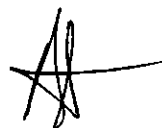
Objeto: Empresa especializada para desenvolver estudos, apresentando o Relatório de Investigação de Passivo Ambiental (RIPA) - Etapa detalhada e Análise de Risco (à Saúde humana), conforme a Instrução normativa IBRAM nº 213/2013

INSTITUTO GEMOLOGICO DO BRASIL LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.071.218/0001-98, com sede na CLN 103 Bloco B Sala 18 - Asa Norte - CEP 70732-520 Brasília/DF, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea a, inciso I, art. 109, da Lei nº 8.666/93, à presença de Vossa Excelência, interpor

RECEBIDO
Data: 21/05/19
Hora: 16:46
Ass.: [Assinatura] Mat: 972768X
19 FLS.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão desta Comissão de Licitação que declarou vencedora a licitante **AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI**, conforme razões descritas neste recurso.



I - DA INVALIDADE DA CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO

Conforme exigido pelo Item 7.2.1., Inciso VII do Edital, a Certidão de Registro e Quitação apresentada pela empresa deve estar **em plena validade**:

Apresentar Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica - CREA, **em plena validade**, onde conste como Responsáveis Técnicos um Engenheiro Ambiental e um Geólogo. (grifo nosso)

O Art. 2, § 1º, alínea "c" da Resolução nº 266/79 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), determina que a certidão emitida **perderá a validade** caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos, vejamos:

Art. 1º - Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, mediante requerimento, expedirão certidões comprobatórias da situação do registro de pessoas jurídicas.

Art. 2º - Das certidões de registro expedidas pelos Conselhos Regionais deverão constar:

(...)

§ 1º - Das certidões a que se refere este artigo deverão figurar as declarações de que:

(...)

c) as certidões emitidas pelos Conselhos Regionais **perderão a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nelas contidos** e desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

(grifo nosso)

Considerando que em 16 de julho de 2018 a licitante **AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI** promoveu sua 11ª Alteração Contratual modificando o **formato jurídico da empresa** de Sociedade Empresária (LTDA) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI (segue Contrato Social anterior **anexo**, contendo a



10ª alteração contratual), a referida alteração do formato jurídico da empresa deveria ter sido devidamente averbada no CREA/GO, sendo uma exigência normativa do próprio CONFEA, único órgão responsável por esta regulamentação.

Considerando que o formato jurídico da empresa compõe a certidão de pessoa jurídica, e que cabe a empresa manter seu registro atualizado, a empresa assume o risco de ter sua certidão invalidada na hipótese de apresentá-la em desconformidade com sua situação real. Diante do exposto a referida Certidão deve ser considerada inválida para fins de habilitação, por estar em desacordo com Item 7.2.1., Inciso VII do Edital.

Portanto, resta cristalino para esta Comissão quanto a Desclassificação da atual empresa arrematante, pois a certidão do CREA apresentada não cumpre com a exigência do Edital, pois contém divergência no **formato jurídico da empresa**, em relação a 10ª Alteração Contratual. Vale ressaltar que na própria certidão menciona que a mesma perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos, conforme Resolução 266/79, do CONFEA.

Ademais, qualquer decisão em contrário seria um desrespeito frontal ao caput do Art. 3º da Lei 8.666/1993, que estabelece que:

"A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Em respeito ao princípio constitucional da Isonomia, será totalmente desigual desclassificar esta recorrente e não desclassificar a atual empresa arrematante, visto se tratar da mesma situação para ambas as empresas, ou seja, a Certidão de Registro e Quitação apresentada no certamente não atende o Edital.

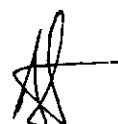
Tal premissa se aplica tanto a administração quanto o particular, estando vinculados aos ditames impostos no Edital o qual nenhuma das partes pode esquivar-se do cumprimento

das regras ali determinadas, sob pena de impugnação do ato. Essa determinação está gravada no art. 41 da Lei nº 8.666/93, como mandamento que deve estritamente seguido pelas partes.

Ressalte-se que cabe às empresas participantes apresentar no momento previsto no edital da licitação os documentos devidamente atualizados, para comprovar as condições que lhe são exigidas, devendo ser inabilitada a recorrida. Nossa assertiva é amplamente acatada pelos Tribunais, vejamos:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. LEI Nº. 8.666/93. FASE DE HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. CERTIDÃO DE REGISTRO NO CREA. DADO CADASTRAL DESATUALIZADO. INABILITAÇÃO NO CERTAME.

1. Agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, que negou o pedido liminar que consistia em decretar anulados todos os atos posteriores à inabilitação da impetrante no procedimento licitatório e considerá-la habilitada, prosseguindo a licitação com a abertura de sua proposta de preços, ou, sucessivamente, que fosse decretada a suspensão da licitação até o julgamento final do mandado de segurança. 2. É fato incontroverso nos autos que no momento indicado pelo Edital para apresentação da Certidão do CREA, a empresa agravante apresentou certidão emitida em 15/08/2012, que traz como capital social da empresa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). 3. A Comissão Especial de Licitação, na sessão de análise de documentos apresentados pelas empresas concorrentes expôs a seguinte conclusão quanto à empresa impetrante: "2. A concorrente Divan Construção e Reforma Ltda. ME apresentou a Certidão do CREA BA, com o valor do seu Capital Social, como sendo no valor de R\$ 10.000,00 divergente do informado no seu Balanço Patrimonial, que é de R\$ 998.000,00, porém a certidão do CREA BA declara no seu conteúdo o seguinte: "CERTIFICO, mais, ainda que está certidão não



concede à firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, efetiva e insofismável dos responsáveis técnicos citados e perderá a sua validade se ocorrer qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua expedição", tornando sua certidão inválida e assim, deixou de atender o item 1.1.13, do Anexo 03, do Edital, que exige "Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)", sendo INABILITADA, com fundamento no art. 27, inciso II e art. 30, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93". 4. A Certidão juntada pela empresa agravante no momento da habilitação encontrava-se com os dados cadastrais desatualizados, tendo em vista que a atualização do capital social ocorreu, segundo a própria empresa impetrante, em 2011, enquanto a certidão foi emitida em 15 de agosto de 2012. Tal fato torna inválida a certidão acarretando o descumprimento da qualificação técnica prevista no edital. 5. Ressalte-se que cabe às empresas participantes apresentar no momento previsto no edital da licitação os documentos devidamente atualizados, para comprovar as condições que lhe são exigidas, tendo agido de forma correta a Comissão Especial de Licitação ao considerar inabilitada a empresa ora agravante. 6. Agravo de instrumento improvido. (TRF-5 - AG: 63654020134050000, Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti, Data de Julgamento: 15/08/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: 22/08/2013)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA CONCORRENTE. MUDANÇA DE ENDEREÇO SOCIAL. CERTIDÃO DO CREA. DADOS CADASTRAIS. FALTA DE ATUALIZAÇÃO. INVALIDADE DA CERTIDÃO. INABILITAÇÃO. DIREITO LIQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO DEMONSTRAM QUE A

EMPRESA APELANTE ALTEROU O SEU ENDEREÇO SOCIAL SEM, NO ENTANTO, COMUNICAR AO CREA A MUDANÇA. O EDITAL DE LICITAÇÃO EXIGIA CERTIDÃO ATUALIZADA DE TODOS OS DADOS CADASTRAIS JUNTO AO CONSELHO REGIONAL, SENDO, PORTANTO, REGULAR A INABILITAÇÃO OPERADA COM BASE EM CERTIDÃO EMITIDA COM REGISTRO DE ANTIGO ENDEREÇO SOCIAL. APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA.

(TJ-DF - APC: 20100111526633 DF 0049474-19.2010.8.07.0001,
Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Data de Julgamento: 16/12/2013, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 18/12/2013. Pág.: 199)

II - DA INVALIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em 2014 o Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 1999/2014, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, consignou que o prazo para apresentação dos balanços patrimoniais para fins de licitação, mesmo para as empresas tributadas com base no lucro real ou presumido, é aquele disposto no art. 1.078 do Código Civil, ou seja, 30 de abril do ano subsequente:

Alega a representante que a "validade dos balanços" se findaria em 30/6/14, por força da Instrução Normativa da Receita Federal 1.420/13. 10. Tal normativo institui a Escrituração Contábil Digital (ECD), que deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la. Segundo o art. 3º dessa norma, ficam obrigadas a adotar a ECD as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou presumido (o que seria o caso da representante). O art. 5º da IN estabelece que a ECD será transmitida até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao que se refira a escrituração.

(...)

"O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 31 da Lei 8.666/1993 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior." (Acórdão 1999/2014, Processo 015.817/2014-8, Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 30/07/2014)

Visto que a licitante **AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI** apresentou balanço patrimonial de 2017, este, portanto, deve ser considerado inválido.

III - DO PEDIDO

Com fundamento nas razões apresentadas, requer-se o provimento do presente recurso, para que a licitante **AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI** seja desclassificada do presente certame.

Brasília/DF, 21 de maio de 2019.

INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL LTDA.

CNPJ 04.071.218/0001-98

PROCURAÇÃO OUTORGADA AO SÓCIO PARA REPRESENTAÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL

OUTORGANTE: INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL LTDA - inscrito no CNPJ através do nº 04.071.218/0001-98, CFDF nº 07.418.420/001-02 com endereço na CLN 103 Bloco B Sala 18 Brasília/DF, representado neste ato por Luiz Antonio Barboza, sócio administrador, brasileiro, casado, geólogo, portador da identidade CBEA 4.190/D-DF e CPF nº 085.401.791-72, domiciliado na CLN 103 Bloco B Sala 18 Brasília/DF.

OUTORGADO TIAGO AMARO DE SOUZA, brasileiro, casado, técnico em mineração, portador da identidade CREA 10.304/TD-GO e CPF 004.495.171-01, domiciliado na CLN 103 Bloco B Sala 18 Brasília/DF.

PODERES: juntar documentos em processos administrativos e judiciais, cumprir exigências, prestar declarações, assinar e endossar contratos de quaisquer espécies, com todas as formalidades legais e de estilo; fazer ou renovar cadastros; fazer acordos, receber, dar recibo e quitação, mover ações e representar a outorgante perante órgãos do poder judiciário, juizados especiais, repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, agências, fundações, departamentos, institutos, conselhos e confederações profissionais (CREA, CONFEA, OAB, entre outras), associações, sindicatos, comissões, conselhos, fundos nacionais, cartórios de protestos, títulos e documentos, notas, registro de imóveis, tabelionatos em geral, Junta Comercial (podendo assinar Balanços Patrimoniais e Demonstrações Contábeis), Receita Federal, Polícia Federal, INSS, Previdência Social, órgãos ambientais, INCRA, SEFAZ, SERASA, SPC, companhias telefônicas, companhias de energia, Correios, podendo encaminhar e retirar cartas e encomendas, e onde estar, apresentar, nelas requerendo, recebendo e assinando o que preciso for, assinar requerimentos, prestar declarações, firmar compromissos, participar de todos os tipos de licitações públicas nas esferas municipal, estadual e federal, sendo autorizado assinar atas, contratos, concordar, discordar, assinar recibos, pagar taxas, impetrar mandados de segurança, recursos administrativos, entre outros, receber notificações judiciais ou extrajudiciais, constituir advogado com os poderes da cláusula *ad judicio* para defender os interesses da outorgante, fazer acordos, cobranças e recebimentos, requerer o que necessário for em qualquer juízo, instância ou tribunal e tudo mais praticar para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, podendo os presentes poderes serem substabelecidos.

Brasília/DF, 20 de março de 2019



4º OFÍCIO DE NOTAS - DE
REPÚBLICA, ED. MARIANNA LOJA 108/14 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 326-5234/3038-2500/3702-7474

FOR: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474

aplicidnotenotas@gmail.com



KLUSON, ACINTO DE AGUIA

Instituto Gemológico do Brasil Ltda
CNPJ 04.071.218/0001-98

CNPJ 04.071.218/0001-98

Ismael
2001/01/01



Handwritten mark or signature.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Estado de Goiás

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO N.: 23053/2019-INT

Válida até: 28/05/2019

Razão social.: AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA
Sede.....: RUA T-45 N 80 QD 18 LT 19 FUNDOS CASA 02
SETOR BUENO
Cidade.....: GOIANIA UF: GO
Capital.....: R\$ 1.000.000,00
Registro nr.: 12710/RF Data do registro....: 23/09/2008
CNPJ.....: 07.819.027/0001-50

OBJETIVOS SOCIAIS:

1. ESTUDOS DE INVESTIGACAO DE PASSIVOS AMBIENTAIS;
2. DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSULTORIAS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE;
3. REMEDIACAO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, REMOCAO, INCINERACAO, SEPARACAO E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS DE QUALQUER NATUREZA;
4. CONTROLE E TRATAMENTO DE EFLUENTES DE QUALQUER NATUREZA;
5. ENSAIOS, TESTES, ELETRONICOS DE ESTANQUEIDADE;
6. CONSTRUCAO, MANUTENCAO E DESCOMISSONAMENTO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS SUBTERRANEOS E AEREOS DE COMBUSTIVEIS;
7. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS PARA POSTOS DE COMBUSTIVEIS, MEIO AMBIENTE E MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA HIDROLOGIA, SAUDE E SEGURANCA OCUPACIONAL, REMEDIACAO, E INVESTIGACAO AMBIENTAL.
8. COLETA, TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS E LIQUIDOS.
9. REPRESENTACAO COMERCIAL.
10. MANUTENCAO DE BOMBA ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEL.
11. CONSTRUCAO CIVIL;
12. COLATA DE RESIDUOS NAO PERIGOSOS.

R E S P O N S Á V E I S T É C N I C O S

Nome.....: FABRICIO ALMEIDA

Título(s):

ENGENHEIRO CIVIL

Carteira.....: 1014048010D-GO

Data da Expedição : 02/06/2015

Data admissão: 28/04/2015

Atribuições...: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA, EXCETO
PORTOS, RIOS E CANAIS, SEM PREJUIZO DOS ARTIGOS
28 E 29 DO DECRETO FEDERAL 23569/33.

Nome.....: LAUIS DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR

Título(s):

ENGENHEIRO AMBIENTAL

Carteira.....: 1015322948D-GO

Data da Expedição : 08/04/2016

Data admissão: 18/04/2016

----- Continua...



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Estado de Goiás

CONTINUAÇÃO DA CERTIDÃO N.: 23053/2019-INT

PAG:02

Atribuições...: ARTIGO 2 DA RESOLUCAO 447/2000 DO CONFEA, COM RES-
TRICOES DAS ATIVIDADES DE: CONSTRUCAO CIVIL, DE-
SENHO ARQUITETONICO, DRENAGEM URBANA, ESTRUTUTURAS
DE CONCRETO, ESTRUTURAS DE CONTENCAO E ESTABILIDA-
DE DE TALUDES, GEOTECNICA AMBIENTAL, HIDROGEOLO-
GIA, IRRIGACAO E DRENAGEM, OBRAS E SERVICOS DE SA-
NEAMENTO, PLANEJAMENTO E CONTROLE DE OBRAS, RECU-
PERACAO DE AREAS DEGRADADAS, SISTEMAS DE ABASTECI-
MENTO DE AGUA E SISTEMAS PREDIAIS HIDRAULICOS-SA-
NITARIOS.

Nome.....: LEONARDO CABRAL FERREIRA

Título(s):

ENGENHEIRO MECANICO

Carteira.....: 21818/D-GO

Data da Expedição : 10/09/2013

Data admissão: 27/08/2015

Atribuições...: ARTIGO 12 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA.

Nome.....: SILVIO ODIL FENNER VENTZKE

Título(s):

GEOLOGO

Carteira.....: 151098/D-RS

Visada no CREA-GO em: 27/09/2007

Data admissão: 28/02/2019

Atribuições...: ARTIGO 11 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA.

CERTIFICAMOS que a pessoa jurídica, acima citada se encontra re-
gistrada neste Conselho, nos termos da Lei n. 5.194, de 24 de dezembro
de 1966. CERTIFICAMOS, ainda, face ao estabelecido nos artigos 63, 68
e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, bem como seus
responsáveis técnicos, não se encontram em débito com o CREA-GO.

CERTIFICAMOS, mais, que esta Certidão não concede à firma o di-
reito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real,
efetiva e insofismável dos responsáveis técnicos acima citados, dentro
de suas respectivas atribuições.

OBS.: a) Os dados supra referem-se à situação da pessoa jurídica
e de seus responsáveis técnicos na presente data.

----- Continua...



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Estado de Goiás

CONTINUAÇÃO DA CERTIDÃO N.: 23053/2019-INT

PAG:03

Certidão expedida gratuitamente , via Internet , com base na Portaria número 114/2009-CREA-GO, de 15 de setembro de 2009.

Emitida às 12:40:41 hs do dia 21/05/2019 (hora e data de Brasília).

Código de controle da certidão: 032AE45641

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do CREA-GO na Internet, no endereço <http://www.crea-go.org.br>, item Serviços -> Certidões -> Confirmação da Autenticidade da Certidão.

----- F I M -----

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.

AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Ana Paula Dias Ernesto, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, natural de Catalão – GO, nascida em 13/09/1984, filha de Mário de Paula Dias e Maria Lúcia de Castro, residente e domiciliada na cidade de Goiânia – GO, à Rua T-28, 397, aptº. 404, Setor Bueno, CEP: 74.210-040, portadora do CPF 003.158.751-86 e da Cédula de Identidade nº 4.444.358, DGPC/GO e José Luís de Souza, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, inscrito sob RG 2063273 Expedido SSP-MG, empresário, natural de Duque de Caxias – RJ, nascido em 10/06/1959, filho de Antônio Martins de Souza e de Maria Aparecida de Souza, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte – MG, à Rua Antônio José de Carvalho, 495, Bairro Caiçaras, CEP: 30.750-620, portador do CPF: 414.412.656-00 e da Carteira de Identidade Profissional nº 50.907, expedida pelo CRC/MG. Únicos sócios da empresa denominada **Ambiental Tecnol Consultoria Ltda.**, com inscrição no CNPJ sob nº 07.819.027/0001-50, registrada na Junta Comercial do estado de Goiás, sob o nº 52202270125, por despacho de 19/01/2006, com a nona alteração contratual arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob nº 52151122334, por despacho de 03/08/2015, com a matriz estabelecida na Rua T-45, nº 80, Qd. 18, Lt. 19, Setor Bueno – Goiânia – GO. CEP 74210-160, e com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3190188017-1, tem entre si, justos e combinados, a criação da décima alteração de seu Contrato Social, sendo que o fazem de acordo com as seguintes Cláusulas:

PRIMEIRA – DA MUDANÇA DE ENDEREÇO

Que altera o endereço da Matriz, passando da Rua T-45, nº 80, Qd. 18, Lt. 19, Setor Bueno – Goiânia-Go. Para a Rua T-45, nº 80, Qd. 18, Lt. 19, Fundos, Casa 02, Setor Bueno – Goiânia – GO. CEP 74210-160

SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA FILIAL

Que a partir deste ato, por deliberação dos sócios, fica extinta a filial de Belo Horizonte - MG, situada na Rua Itaguaí, N 736-A, Bairro Caiçaras, CEP: 30.775-110, Belo Horizonte –MG, inscrita sob o CNPJ 07.819.027/0002-30, NIRE nº 3190188017-1, cujo capital destacado para a mesma será integralmente incorporado pela matriz.



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/12/2017 17:59 SOB Nº 20174169310.
PROTOCOLO: 174169310 DE 07/06/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704925840. NIRE: 52202270125.
AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 28/12/2017
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

TERCEIRA - OBJETO SOCIAL

A sociedade passa a ter como objeto social, o que segue:

Serviços relativos à engenharia e ao meio ambiente:

1. Estudos e investigações de passivos ambientais;
2. Desenvolvimento de projetos e consultorias relacionadas ao meio ambiente;
3. Remediação, tratamento, reciclagem, remoção, incineração, separação e destinação final de resíduos de qualquer natureza;
4. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza;
5. Ensaio, testes eletrônicos de estanqueidade;
6. Construção, manutenção e descomissionamento de sistemas de abastecimentos subterrâneos e aéreos de combustíveis;
7. Comércio varejista de materiais para postos de combustíveis, meio ambiente e máquinas e Equipamentos para Hidrologia, Saúde e Segurança Ocupacional, Remediação, e Investigação Ambiental;
8. Coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos e líquidos;
9. Representação Comercial;
10. Manutenção de Bomba Abastecedora de Combustível – CNAE (33.14/7-10)
11. Construção Civil.
12. Coleta de resíduos não perigosos

QUARTA - DA RETIRADA DE SÓCIO

Retira-se da sociedade o sócio **José Luís de Souza**, acima qualificado, que cede e transfere a totalidade de suas quotas à sócia **Ana Paula Dias Ernesto**, também acima qualificada.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Que desse capital, há uma parte desse valor ainda não integralizado, no montante de R\$. 19.555.064,00, sendo tal valor não integralizado, repartido aos sócios de acordo com o demonstrativo abaixo:

SÓCIOS	Capital Atribuído	Capital Integralizado	Capital a Integralizar
Ana Paula Dias Ernesto	15.500.000,00	344.826,95	15.155.133,05
José Luís de Souza	4.500.000,00	100.111,05	4.399.888,95
TOTAL	20.000.000,00	444.938,00	19.555.062,00



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/12/2017 17:59 SOB Nº 20174169310.
PROTOCOLO: 174169310 DE 07/06/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704925840. NIRE: 52202270125.
AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 28/12/2017
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Que em razão da alteração havida, o capital social, que permanece inalterado no valor de R\$. 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais), representado por 20.000.000 (Vinte milhões) de quotas, de valor unitário de R\$. 1,00 (Hum real) cada uma, que passa a ser da única sócia, como segue abaixo:

SÓCIA	Nº DE QUOTAS	VLR. R\$	%
ANA PAULA DIAS ERNESTO	20.000.000	20.000.000,00	100,00
TOTAL	20.000.000	20.000.000,00	100,00

SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa é de R\$: 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais), com R\$: 444.938,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e novecentos e trinta e oito Reais) totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e o restante a integralizar em (10) anos, iniciando-se a sua integralização no ano de 2017 e finalizando no ano de 2026, pela sócia, ANA PAULA DIAS ERNESTO, como segue:

Cada quota do capital tem o valor de R\$. 1,00 (Hum real) cada uma. O capital social é atribuído à Empresa da seguinte forma:

Sócia	Capital Atribuído	Capital Integralizado	Capital a Integralizar
ANA PAULA DIAS ERNESTO	R\$: 20.000.000,00	R\$:444.938,00	R\$:19.555.062,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Que este capital fica distribuído para a sócia, (art. 997, III, CC/2002) (Art. 1.055, CC/2002), da seguinte forma:

Nome	Nº Quotas	Valor da Quota	Valor Total
Ana Paula Dias Ernesto	20.000.000	1,00	20.000.000,00

PARÁGRAFO SEGUNDO

A sócia ANA PAULA DIAS ERNESTO, neste ato, desconstitui a integralização do capital social de R\$ 19.555.062,00 (dezenove milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e dois reais) para apenas R\$ 555.062,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e dois reais). Assim, o capital social da empresa passará



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/12/2017 17:59 SOB Nº 20174169310.
PROTOCOLO: 174169310 DE 07/06/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704925840. NIRE: 52202270125.
AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 28/12/2017
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com R\$ 444.938,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e novecentos e trinta e oito Reais) totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e o restante a integralizar em (10) anos, iniciando-se a sua integralização no ano de 2017 e finalizando no ano de 2026, pela sócia, ANA PAULA DIAS ERNESTO, baseado no Código Civil brasileiro, *Art. 1.082. Pode a sociedade reduzir o capital, mediante a correspondente modificação do contrato: I - depois de integralizado, se houver perdas irreparáveis*; como segue:

SÓCIA	Capital Atribuído	Capital Integralizado	Capital a Integralizar
ANA PAULA DIAS ERNESTO	R\$: 1.000.000,00	R\$:444.938,00	R\$: 555.062,00

PARÁGRAFO ÚNICO:

Nos termos do Artigo 1.033, IV, da lei 10.406/02, a sociedade permanece como UNIPESSOAL, devendo recompor seu quadro societário no máximo de 180 dias, sob pena de dissolução.

SÉTIMA - DO INÍCIO DAS ATIVIDADE

Que a sociedade iniciou suas atividades em 28.12.2005 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado. (Art. 997, II, CC/2002).

OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade caberá a sócia Ana Paula Dias Ernesto, com os poderes e atribuições de assinar isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (Artigos 997, VI; 1.013, 1064, CC/2002).

NONA - DO NÃO IMPEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, cc/2002).



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/12/2017 17:59 SOB Nº 20174169310.
PROTOCOLO: 174169310 DE 07/06/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704925840. NIRE: 52202270125.
AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 28/12/2017
www.portaldocombrededorgoiano.go.gov.br

DÉCIMA – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, cc/2002.)

DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro de Goiânia – Goiás, para o exercício dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

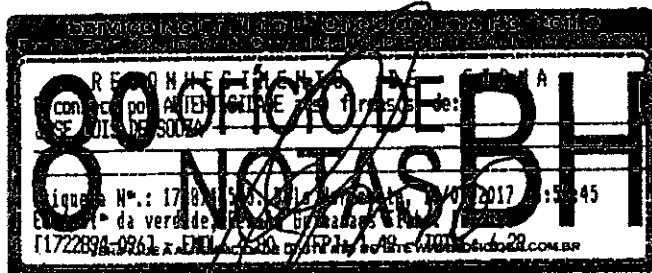
E, por assim estarem, justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única, para que surta os efeitos de fato e de direito.

Goiânia, 09 de novembro de 2016.



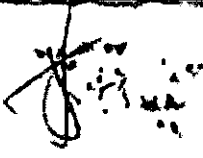
Ana Paula Dias Ernesto

Jose Luis de Souza



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/12/2017 17:59 SOB Nº 20174169310.
PROTOCOLO: 174169310 DE 07/06/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704925840. NIRE: 52202270125.
AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 28/12/2017
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br


CLOILDE SOUZA FRANCINO PEREIRA | Tabeliã
Rua João de Abreu, 157 - Setor Oeste - Goiânia - GO - Fone: (62) 3215-0000
Racôhço e assinatura indicados de ANA PAULA-DIAS
ERNESTO Taillã em minha presença. Dou fé. *73935D*0021.
Goiânia, 08 de fevereiro de 2017. 15:23:22h.
Em Teste: da Verdade.
Cililde Souza Francisco Pereira - Tabeliã

2º Tabelionato de Notas
Cililde Souza Francisco Pereira
Tabeliã
Rua João de Abreu nº 157 - Setor Oeste
GOIÂNIA-GO



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/12/2017 17:59 SOB Nº 20174169310.
PROTOCOLO: 174169310 DE 07/06/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704925840. NIRE: 52202270125.
AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 28/12/2017
www.portaldoeempreendedorgoiiano.go.gov.br

AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO DIGITAL

A Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 certifica que em 07/06/2017, foi realizado para a empresa AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA, o registro de eventos para sua(s) filiais(s), conforme segue:

Protocolo	Arquivamento	Ass/Evento	Nbre	CNPJ	Endereço
174169310	20174169310	002 / 028			Rua itaguaí, 736



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/12/2017 17:59 SOB Nº 20174169310.
PROTOCOLO: 174169310 DE 07/06/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704925840. NIRE: 52202270125.
AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 28/12/2017
www.portaldocompreendadorgoiano.go.gov.br